

A DEMOCRATIZAÇÃO DA MÍDIA ENQUANTO UMA FÓRMULA DISCURSIVA: SENTIDOS DE DEMOCRACIA NO EMBATE POLÍTICO-PARTIDÁRIO BRASILEIRO

Wilson Ricardo Barbosa dos Santos¹

Resumo: Este artigo analisa textos veiculados na seção Poder da Folha de São Paulo em sua versão digital para assinantes (www.folha.com.br/fsp) que tocam a questão do controle da mídia, no período de janeiro/2010 a junho/2013. Ao tomar como base teórico-metodológica a Análise de Discurso francesa, admite que tal circulação se pauta em uma memória discursiva peculiar em relação ao controle dos dizeres na ditadura militar, abrindo margem para que se analise a espessura histórica de um acontecimento discursivo. Assim, ao estabelecer um diálogo centrado nas figuras de Michel Pêcheux e Michel Foucault, constrói-se de um arquivo em torno da questão, analisando as condições de emergência destes dizeres, centrando-se no sintagma democratização da mídia e nas particularidades de sua circulação enquanto uma fórmula discursiva, conceito pensado juntamente a Alice Krieg-Planque.

Palavras-chave: Análise do discurso francesa. Discurso político. Mídia. Censura. Memória.

Resumen: Este artículo analiza textos que han circulado en la sección *Poder* de la *Folha de São Paulo* en su versión digital para suscritos (www.folha.com.br/fsp) que tratan la cuestión del control de los medios, en el periodo de enero/2010 a junio/2013. Teniendo como aporte teórico y metodológico el Análisis del Discurso francés, admite que esta circulación se basa en una *memoria discursiva* singular respecto al control de los enunciados en la dictadura militar, lo que posibilita el análisis del espesor histórico de un *acontecimiento discursivo*. De esta manera, estableciendo un diálogo entre las figuras de Michel Pêcheux y Michel Foucault, construye un *archivo* alrededor de la cuestión, analizando las *condiciones de emergencia* de estos dichos, centrando en el sintagma *democratização da mídia* y en la particularidad de su circulación como una *fórmula discursiva*, concepto basado en Alice Krieg-Planque.

Palabras clave: Análisis del discurso francés. Discurso político. Medios. Censura. Memoria.

1. Introdução

Nos últimos anos, pudemos acompanhar na circulação midiática uma gama de textos que tocam a questão da regulação e do controle da mídia. No surgimento destes dizeres, quando pensamos no caso dos países latino-americanos do Cone Sul, uma questão recorrentemente é posta, dizendo respeito a um traço identitário comum: rememora-se a existência de períodos autoritários, em que o controle foi extremamente opaco. Hoje, aparentemente, não se pode falar em censura dos meios de comunicação, justamente por esta relação delicada com todo um ímpeto engendrado para que tais países não vivessem mais

¹ Mestrando em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística – Universidade Federal de São Carlos (PPGL/UFSCar); é também membro do LABOR/UFSCar (Laboratório de Estudos do Discurso), coordenado pela orientadora Profa. Dra. Vanice Maria Oliveira Sargentini e pelo Prof. Dr. Carlos Piovezani. Contato: <wilson-ricardo@uol.com.br>.

sobre tal controle, e sim que fossem regidos pelo povo, pelo *demos*, por uma democracia.

A título de exemplo, podemos pensar no desenrolar do caso argentino, em que o incessante embate entre o veículo midiático *Clarín* e a presidenta Cristina Kirchner recentemente tomou contornos peculiares. Após quatro anos de investigação sobre o caráter constitucional da *Ley de Medios*, chegou-se ao veredicto de que, ao fim, tratava-se de uma proposta autêntica. Assim, depois de um embate entre a presidenta e tal veículo, que detém grande parte da circulação em contexto argentino, várias medidas foram tomadas no sentido de *democratizar o acesso à informação*, ou mesmo de *democratizar a mídia*.

No entanto, outras questões são também colocadas: neste caso que tomamos como exemplo, trata-se indubitavelmente da materialização de um conflito entre a presidenta (um lugar de poder legitimado na sociedade argentina) com o poderio dos jornalistas deste grande órgão midiático, bem como as informações que nele se veiculavam – nunca em uma pequena escala, conforme pudemos observar, devido a seu grande prestígio. Como, então, investigar a natureza deste conflito?

Ademais, na visão daqueles que propuseram e se filiam ao estabelecimento desta forma de controle, tal órgão deteria um monopólio das concessões de mídia e, logo, da circulação, o que pode levar a trazer questões da ordem da “imposição de uma versão única”², não abrindo espaço para formas de expressar posições distintas; trata-se, então, de uma circulação massiva que não prima por uma pluralidade de possibilidades de dizer, em proveito das posições que se repetem em um órgão já de certa maneira consagrado, estabelecido e estabilizado em uma determinada ordem social. Neste sentido, a intervenção desta lei criaria a possibilidade de dizer abertamente, de fazer aparecer novas maneiras de falar sobre um assunto, possibilitando a emergência de pontos de vista distintos – uma *democratização*.

Enfim, seria, então, a *democratização da mídia* um dizer tão transparente quanto a sua aparência nos parece indicar? Uma breve consulta ao dicionário leva-nos a observar que a democracia é o “1. governo do povo, sistema em que cada cidadão participa do governo; democratismo. 2. a influência do povo no governo de um Estado. [...]” (MICHAELIS, 2009); logo, a *democratização* seria o gesto de tornar algo democrático, de força e poder popular. No entanto, em que medida nos é fiável, hoje, o uso que os poderes fazem das *performances* verbais da língua? Não nos parece proveitoso, enquanto pesquisadores engajados nos modos de circulação do discurso político, tomar tais sentidos como absolutos e transparentes,

² Sequência enunciativa presente na resolução preliminar do 4º Congresso do Partido dos Trabalhadores, apresentado à Executiva Nacional (comentado na *FSP*, texto 17).

conferindo-lhes total fidedignidade.

Neste sentido, evidenciamos a nossa posição enquanto pesquisadores. Para realizar esta análise, filiamo-nos à Análise de Discurso de linha francesa, o que nos leva a questionar em primeiro lugar o modo aparentemente evidente pelo qual o sentido é atribuído às palavras. Trata-se, aqui, de vê-lo em sua espessura histórica, de fazer ver como a língua inevitavelmente se oferece a tais poderes, relativizando tal vínculo.

Assim, tal filiação nos leva, antes de tudo, a questionar como o poder atua (de maneira linguageira) em nossa sociedade. Mais especificamente, pensamos no modo como o simbólico tem em sua natureza um caráter aberto, o que faz com que em um nível analítico tal vínculo entre palavra e coisa seja fundamentalmente instável. Nos termos de Michel Pêcheux ([1975] 1995), trata-se de uma das ilusões na relação do sujeito com a língua, a de crer que aquilo que foi dito só poderia ter sido realizado daquela maneira, ilusão intrínseca a uma importante relação que este tem com o mundo simbólico que experimenta. Sem essa mesma ilusão, o uso da língua pelos falantes seria inviável, o que demonstra o seu caráter constitutivo.

Deste modo, parece-nos pertinente não apenas tomar a posição de que seria um gesto louvável tal atitude que busca primar por uma pluralidade de possibilidades de falar: por detrás de tal gesto engendrado para estabelecê-la, podem estar presentes questões de cunho político que não são tão transparentes quanto aparentam. E, de fato, do outro lado da moeda, por assim dizer, podemos observar os dizeres de um funcionário do veículo *Clarín* afirmando que, na verdade, o que se quer é impedir de circular uma série de dizeres que não seriam convenientes ao poder presidencial; como exemplo, o jornalista cita a divulgação dos índices de inflação pela publicidade oficial argentina (INDEC) em comparação às análises feitas por órgãos privados, que são desmesuradamente díspares (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2012). Afinal... quer-se calar ou abrir novas possibilidades de falar?

Perguntas desta ordem, que colocam em pauta um sujeito intencional, consciente de seu dizer, não fazem parte do que busca contemplar o arcabouço teórico-metodológico da Análise de Discurso francesa. Interessa-nos, aqui, estacionar no momento em que o gesto de interpretação se dá, observando como a língua atua na construção de posições a respeito deste problema, sem que façamos juízos de valor sobre tais políticas públicas. Sobretudo, buscamos tornar evidentes questões que os modos de atuação dos poderes muitas vezes buscam silenciar, valendo-se destas propriedades da língua para concretizar seus desejos.

Segundo a visada que tomamos, tal interesse de colocar “em suspenso” a relação entre

os sentidos atribuídos a determinados dizeres corrobora também a posição de Michel Foucault em *A ordem do discurso* (2006), autor cuja obra é de extrema importância para o modo como a Análise de Discurso se constitui não apenas no contexto francês de seu nascedouro, mas também no fértil espaço que tal disciplina encontrou em terras brasileiras. Quando o autor evidencia que a política (bem como a sexualidade) é um lugar privilegiado para o estabelecimento dos poderes mais temíveis do discurso (idem, p. 9-10), compreendemos a grande preocupação com o modo pelo qual o poder tem se exercido em nossa sociedade, uma vez que este não se pode mostrar tão opaco como foi outrora.

Na realização deste artigo, valer-nos-emos da contribuição foucaultiana, uma vez que fazem parte de uma vertente de base histórica da Análise de Discurso, por assim dizer, que tem como principal interesse analisar as *condições de emergência* de determinados dizeres. Reconhecemos, obviamente, a valia de tal filiação, interesse que reverbera em nossa trajetória como pesquisadores. Ainda assim, a Análise de Discurso que tomamos como mote para esta pequena reflexão tem uma preocupação de ordem um pouco distinta, que será discutida a partir de uma análise com a finalidade de compreender quais são suas possíveis contribuições para o desenvolvimento de um problema que é fundante em nossa trajetória como pesquisador.

Ademais, importantes questões históricas estão também em jogo: quando falamos do caso argentino, evocamos uma gama de sentidos a respeito da construção da discursividade destes sujeitos, uma construção identitária que é distinta à brasileira. Valemo-nos do exemplo platino para mostrar o cunho espesso que tal questão pode tomar, uma vez que na Argentina tivemos o surgimento – e a aprovação – de uma lei que vai em direção ao controle e regulação da mídia, o que se evidencia pelo estatuto institucional que tal questão tomou.

Interessa-nos, agora, o desenrolar da questão em um contexto brasileiro. Desde o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), vemos materializados conflitos semelhantes entre jornalistas de importantes veículos e o poder governamental, bem como em relação ao seu partido de origem, de modo que tal relação nunca se mostrou amistosa; podemos ver um exemplo nas palavras de um dos assessores do então presidente comentando as agressões a uma das propostas de controle que foram feitas: “um governo que tem mais de 80% de popularidade é tratado por uma imprensa que o destrata com mais de 80% [do noticiário].”³.

³ Marco Aurélio, então assessor do presidente Lula quando perguntado sobre o “controle social da mídia” enquanto um tema polêmico na proposta de governo de Dilma (*FSP*, texto 1).

Assim, tomamos neste texto como objeto de análise textos que comentam a questão da *democratização da mídia*, bem como de outras formas de denominar propostas de controle e regulação, que foram publicados na *Folha de São Paulo* em sua versão *online* para assinantes⁴. Conforme a natureza polêmica da questão, uma proposta de controle na atual conjuntura é o ponto incoativo do surgimento textos que virão a comentar a questão, detalhá-la, investigá-la, julgá-la, etc., possibilitando que o analista veja como se constroem distintas posições; no caso em questão, notamos que se materializou neste veículo uma intensa gama de textos, e muitos ainda estão por se dizer, devido também ao surgimento de debates neste ano de eleição presidencial de 2014.

Assim, focar-nos-emos em textos que foram divulgados no ano da candidatura da atual presidente Dilma Rousseff (janeiro de 2010 a dezembro de 2010), bem como parte de seu mandato (janeiro de 2011 a junho de 2013). Ao analisar tal circulação midiática, buscaremos evidenciar aspectos das *condições de emergência* destes dizeres, trazendo também apontamentos sobre como o sintagma *democratização da mídia* se constitui enquanto uma *fórmula discursiva*, pautando-nos em estudos de Alice Krieg-Planque (2010), com o fim de analisar de que modo a enunciação desta forma sincrética de falar sobre propostas de controle produz efeitos de sentido peculiares.

Depois de findada a análise, não acreditamos que possamos dizer, com toda a seguridade, que o dizer *democratização da mídia* seja, de fato, uma fórmula discursiva nos termos em que Alice Krieg-Planque (2010) teoriza em seu estudo. Entretanto, na congregação deste pequeno *corpus* a partir da noção de *arquivo* de Michel Foucault, buscamos evidenciar aspectos sobre de que maneira se pôde falar sobre tal assunto tendo em conta tal intervalo, neste lugar de emergência de dizeres privilegiado que é a circulação midiática da *Folha de São Paulo* na sociedade brasileira, um órgão de grande prestígio e de extensa circulação, trazendo para a construção de tal olhar uma análise que tome as particularidades dos efeitos de sentido gerados por este dizer enquanto uma fórmula discursiva.

Tal preocupação se insere em uma perspectiva um pouco diferente daquela que primamos em nossos trabalhos, que é, sobretudo, a análise das *condições de emergência* dos dizeres dentro de uma conjuntura histórico-social: agora, ao tomar como mote de análise a noção de *fórmula discursiva* de Alice Krieg-Planque, estamos sim preocupados em analisar a

⁴ Trata-se da versão disponível no site www.folha.com.br/fsp. Apontamos que tal escolha se deu devido à grande proximidade entre esta versão e a versão impressa da *Folha de São Paulo*, ainda que não possamos afirmar categoricamente que se trata dos mesmos textos e dos efeitos gerados. Também, pela viabilidade da busca e determinada estabilidade que o sítio mantém em relação ao mais dinâmico www.folha.com.br (versão aberta).

questão de como algo pode/deve ou não ser dito (não deixando de lado a visada foucaultiana), mas, também, a nossa preocupação volta-se mais especificamente para o modo como o gesto da enunciação é simbolicamente efetivo para que tal maneira de dizer se estabeleça discursivamente.

Assim, tal interesse evidencia e busca contemplar um caráter múltiplo inerente à Análise do Discurso conforme a concebemos; ainda que se trate de uma ciência relativamente nova, é notável a fertilidade que seu gérmen encontrou, conferindo-lhe contornos especiais a cada vez que um novo exercício de análise é realizado.

2. A construção de um *arquivo* em torno de um *acontecimento*

Após esta breve análise de um caso exemplar no que tange a questão do controle e da regulação da mídia no caso argentino, voltamos nosso olhar ao caso brasileiro, que tem suas particularidades em relação ao ocorrido no país platino. Ainda assim, existem traços comuns, e um deles é a anterior existência de períodos autoritários, materializados em regimes militares. Conforme podemos pensar juntamente ao pensamento de Michel Foucault (2006), foram regimes constituídos e reforçados por um poder belicoso e, neste sentido, absoluto, poder que se materializa em um dos procedimentos *externos* de controle do discurso e de sua produção de que trata o autor.

Mais especificamente, trata-se da *interdição*, que em um grau extremamente elevado seria um regime de controle dos dizeres absoluto, de maneira que a mais ligeira fuga a esta ordem discursiva estabelecida por tal poder legitimado seja afrontada com um poder bélico insuperável. Temos como exemplo, neste sentido, a luta realizada pela esquerda brasileira e o poder estatal durante a ditadura militar, ainda que a esquerda tenha encontrado à sua maneira formas de circular sentidos de resistência; em ambos os países, o reestabelecimento da democracia foi algo a conquistar-se paulatinamente depois da imposição de tais controles, e, hoje, temos o poder presidencial na mão de presidentes e grupos de origens mais distantes aos padrões da direita conservadora.

O estabelecimento de propostas de controle nesta conjuntura, então, efetuará claras cisões de posições quando colocado em pauta no embate político-partidário. Conforme nos parece ter sido no caso argentino, tal proposta de controle dos meios foi, de início, uma questão polêmica, um dado que possibilitou o aparecimento de diferentes textos que comentavam a questão na mídia, evidenciando o conflito com os jornalistas e criando um lugar de emergência em que podemos observar como se constroem diferentes posições.

Neste sentido, a grande circulação em torno da questão dá-lhe contornos de um

acontecimento discursivo, na concepção pecheutiana (PÊCHEUX, 2008): afronta-se uma relação lógica do sujeito inserido em uma conjuntura brasileira de que hoje, depois do fim da ditadura militar e da memória que se configurou neste período, não se pode mais haver censura (como houve outrora), sobretudo se esta proposta de silenciamento é realizada a partir de um órgão legitimado por este mesmo *demos*.

A leitura feita pelo autor leva a Análise de Discurso a colocar em pauta também problemas da ordem da veiculação massiva, abandonando um gosto por textos doutrinários veiculados sobretudo pela esquerda francesa, com o intuito de, agora, indagar a respeito de como tal transformação nos modos de circulação produzem efeitos de sentido e possibilitam o estabelecimento de novas formas de poder.

Assim, uma proposta de controle que se mostrasse extremamente opaca seria o ponto incoativo de uma série de outros textos que viriam a comentar a questão, detalhá-la, analisá-la, rompendo com uma espécie de ordem já vigente em uma determinada sociedade. Neste sentido, parece-nos também importante pensar a concepção foucaultiana de *comentário*: trata-se de um dos procedimentos de controle do discurso, à mesma moda que a *interdição*; entretanto, o *comentário* é um procedimento de controle *interno* ao discurso.

Segundo Foucault, em nossa sociedade os textos gozam de diferentes estatutos, de modo que os textos primeiros se oferecem à repetição e a uma espécie de ancoragem para fundar novas possibilidades de dizer; assim, por exemplo, uma proposta de controle opaca realizada por Dilma Rousseff enquanto presidenta⁵, ao romper com tal ordem vigente, possibilita que outros dizeres tentem interpretar *enfim* o que estava dito de início. Isto leva-nos a ver que a noção foucaultiana de comentário tem um caráter de gerar novos dizeres, de fundar uma possibilidade aberta de falar.

Entretanto, a natureza do comentário não é apenas a de multiplicar os sentidos dos raros discursos que são efetivamente materializados⁶. Também, este modo pelo qual o comentário realiza uma espécie de ancoragem entre os dois dizeres imputa uma impossibilidade: pode-se gerar qualquer outro texto novo, com a condição de que o texto

⁵ Mesmo o PT tendo insistido em propostas de controle durante todo o intervalo em questão, intituladas de diversas maneiras, o único momento em que Dilma pareceu se filiar abertamente a tal ímpeto foi em seu projeto de governo (presente no texto 2, *FSP*); depois disto, não veremos mais tal tomada de posição.

⁶ Ainda que os dizeres efetivamente materializados sejam muitos, o seu número é sempre finito. É neste sentido que Foucault concebe o dizer e o discurso como elementos raros: dadas as inúmeras possibilidades das línguas naturais e os seus potenciais arranjos (sintáticos, morfológicos, estilísticos, etc.), uma sequência discursiva e não outra foi, de fato, materializada; aquilo que foi dito, em última instância, poderia ter sido realizado de inúmeras maneiras outras, e, do mesmo modo, outras coisas poderiam ter sido ditas em seu lugar. Este dado coloca uma questão fundamental na perspectiva foucaultiana do enunciado e do discurso: “por quê apareceu um enunciado, e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2008:30).

primeiro esteja dito, e de alguma maneira realizado, fazendo com que se possa sim falar abertamente, mas que tal emergência esteja sempre fadada a enunciar a respeito do texto primeiro.

Tal relação estabelecida entre textos em torno de um acontecimento permite pensar a noção de *arquivo* presente em Michel Foucault, para compreender de que forma tais avaliações, juízos de valores e retomadas de outros escândalos a respeito do controle da mídia suscitados constituem um momento singular no estudo da língua e da história: emerge uma massa de textos que têm relação com tal acontecimento e, também, entre si. A observação desta relação entre um dizer primeiro e os seus comentários possibilita ver aspectos de uma “lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (FOUCAULT, 2008:147). Ainda em suas palavras,

Entre a *língua* que define o sistema de construção das frases possíveis e *corpus* que recolhe passivamente as palavras pronunciadas, o *arquivo* define um nível particular: o de uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação. Não tem o peso da tradição: não constitui a biblioteca sem tempo nem lugar de todas as bibliotecas, mas não é tampouco, o esquecimento acolhedor que abre qualquer palavra nova o campo de exercício de sua liberdade; **entre a tradição e o esquecimento, ele faz aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente. É o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados.** (idem, p.147-148; itálicos do autor, negritas nossas)

Dadas questões de pertinência a este texto, o *corpus* que mobilizaremos é relativamente curto se tivermos em conta as muitas possibilidades de emergência de dizeres a respeito da questão do controle da mídia, regulação da mídia, censura da mídia e, claro, da *democratização da mídia*; entretanto, a noção de *arquivo* foucaultiana busca também contemplar tal problema da exaustividade. Assim, a congregação e análise deste *corpus* não estabelecerão uma verdade absoluta ou mesmo um discurso verdadeiro que teria atravessado todos os dizeres a respeito da questão; mais adequada é a concepção de que o arquivo é uma maneira de acompanhar como determinadas práticas discursivas estão sendo constituídas em uma sociedade, possibilitando a descrição de como se configura a produção de sentidos neste campo.

3. A emergência do dizer *democratização da mídia*: uma fórmula discursiva?

O texto intitulado *A noção de “fórmula” em Análise do Discurso: quadro teórico e metodológico*, de autoria de Alice Krieg-Planque, ofereceu-nos o referencial teórico para pensar aspectos discursivos inerentes à enunciação deste dizer que analisamos. Trata-se, antes

de tudo, de um estudo realizado com uma densidade exemplar (ainda que se trate de um texto relativamente breve), e que não nos parece querer imputar uma única interpretação à noção que se busca estudar. Ao longo do texto, percebemos que há uma preocupação exímia com um rigor teórico para contemplar não apenas a caracterização do que a autora compreenderá como uma *fórmula discursiva*, mas também analisar um vasto levantamento de análises já realizadas a respeito de formulações concisas, com a finalidade de encontrar um horizonte comum entre tais trabalhos e, também, de situar tal problemática juntamente à Análise do Discurso de linha francesa.

Depois de uma detalhada análise de estudos realizados não apenas no campo mais estritamente da Análise do Discurso, mas também de áreas outras, a autora mostra também bastante preocupação em situar as suas filiações; consideramos este um gesto importante, pois elas estão demarcadas sem que se tenha receio de fazê-lo, o que facilita uma leitura crítica a respeito dos pressupostos de tal conceito formulaico. Assim, acreditamos que se trata de um estudo de bastante interesse aos estudiosos da Análise de Discurso de qualquer vertente, por assim dizer, bem como de outros intelectuais da área de Ciências Humanas.

Dito isto, depois de uma leitura minuciosa de estudos a respeito de potenciais fórmulas discursivas, em processos contínuos de filiação e desfiliação, no Capítulo 4 deste texto a autora passa a elencar quais são as propriedades de uma *fórmula discursiva*. Neste sentido, são enunciados quatro momentos que confeririam a um enunciado tal estatuto formulaico; tal separação realizada pela autora parece-nos apenas ter fins didáticos, pois fica bastante claro que tais propriedades não se excluem mutuamente, atuando de maneira conjunta e interdependente. A seguir, então, exploraremos tais preceitos discutidos por Alice Krieg-Planque, buscando abordá-los a partir da emergência do dizer *democratização da mídia*.

3.1. O caráter cristalizado da fórmula

O primeiro elemento que caracteriza uma fórmula discursiva discutido pela autora é o seu caráter cristalizado. Em Análise do Discurso, de maneira geral, a circulação é um dos importantes pilares sobre os quais vai-se sustentar a análise; ou seja, um dizer que não circula não se constitui enquanto um discurso, a rigor. Para que possamos ver os textos em sua espessura discursiva, é necessário que este dizer circule, mesmo que a sua emergência esteja fadada ao desaparecimento (ou mesmo ao silenciamento) tão pronto como ela se dá. Neste sentido, o caráter cristalizado da fórmula discursiva tem a ver com tal propriedade da circulação dos discursos.

Mais especificamente, no caso da fórmula discursiva estamos falando basicamente de uma maneira sincrética de falar, “uma unidade lexical simples” (KRIEG-PLANQUE, 2010:61) e relativamente estável, ainda que estejam contempladas também formas menos elementares. O traço principal, na verdade, tem menos a ver com a sua curta extensão do que a sua propensão à cristalização, quando circula.

Um dos aspectos da cristalização de uma fórmula discursiva remete-nos não apenas à propriedade de circulação de um discurso, mas também à noção foucaultiana de *comentário*, já citada em nosso texto: trata-se de um fenômeno possibilitado não apenas pela natureza destas pequenas sequências, mas também pelo modo como elas são postas em uso, como são reinterpretadas, comentadas, julgadas e avaliadas por locutores. Também, isto põe em xeque a sua estabilidade, que é sempre relativa, fazendo com que ela possa migrar de um campo a outro, sofrer mudanças, e circular em diversos gêneros e campos discursivos:

A redução apresenta a vantagem de permitir uma *relativa evaporação* do sentido do segmento que desaparece, evaporação que leva a certa flutuação semântica, na qual mergulham as polêmicas. A redução também facilita a utilização de uma sequência assim reduzida para designar outros objetos, *emprego que qualificamos como “propagação” da fórmula para outros quadros*. (KRIE-PLANQUE, p. 73, grifos nossos)

Neste sentido, notamos em nosso *corpus* a existência de diversas formas de falar a respeito de uma proposta de controle; algumas delas, de início, não contemplavam a presença da nominalização *democratização*, encontrando-se em um campo semântico um pouco mais distante: o *controle social da mídia*⁷, a *regulação da mídia*⁸, a *regulamentação da mídia*⁹ e o *marco regulatório da mídia*¹⁰. A própria autoria do órgão midiático, bem como algumas falas dos políticos que propuseram tal controle, evidenciam que estes foram dizeres que gozaram de pouco estatuto, de modo que serão silenciados e não terão mais uma circulação substancial¹¹.

Vemos, também, que esta propriedade do dizer *democratização da mídia* enquanto uma fórmula discursiva possibilita que a nominalização *democratização* seja utilizada de maneira vasta, mas ainda conservando as propriedades iniciais, que se mostraram cristalizadas no *corpus*. Muitos são os exemplos que encontramos na *Folha de São Paulo* a respeito desta discussão sobre a mídia: *democratização da mídia*¹², *democratização do acesso da sociedade*

⁷ FSP, textos 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

⁸ FSP, textos 9, 13, 15.

⁹ FSP, texto 10.

¹⁰ FSP, texto 12.

¹¹ FSP, textos 8 e 24.

¹² FSP, textos 17, 18, 21, 23 e 24.

*aos meios de comunicação*¹³, *democratização da informação*¹⁴, *democratização dos meios de comunicação*¹⁵, *democratização da comunicação*¹⁶, *regulação democrática da mídia*¹⁷, *democratização da comunicação*¹⁸, *[é preciso] democratizar mídia*¹⁹.

Toda esta emergência parece obedecer a uma determinada regularidade, e, logo, uma estabilidade referencial, contemplando o pensamento de Alice Krieg-Planque a respeito do caráter cristalizado deste dizer enquanto uma fórmula discursiva. Em relação aos dizeres que não foram conservados, o seu silenciamento no *corpus* cerrou a circulação (e a polêmica) em torno destes dizeres, o que lhes retira tal propensão ao estatuto de fórmula discursiva.

Se pensarmos ainda a questão da legitimação e do estatuto de um dizer (ou de uma fórmula) em uma determinada conjuntura social, vemos que a questão da *democratização* vem ganhando espaço para discussão não apenas nas propostas políticas do Partido dos Trabalhadores e de alguns setores do governo²⁰, mas também no surgimento de fóruns de discussão e de iniciativas populares, como é o exemplo do FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação)²¹ e da emergência do dizer como uma palavra de ordem em manifestações populares.

Também, verificamos que a nominalização *democratização* se apresentou como um dizer que pode facilmente migrar a outros campos. A título de exemplo de como tal dizer pode emergir em um campo alhures ao embate político-partidário, citamos a *democratização do futebol*, dizer escutado em 12/01/2014, em partida válida pelo campeonato italiano, entre os clubes Roma e Genoa. Neste caso, a escalação da defesa do primeiro dos dois times italianos estava composta por três brasileiros (Maicon, Leandro Castan e Dodô) e Benatia, zagueiro francês. Apenas o goleiro, De Sanctis, era de nacionalidade italiana. Segundo o locutor, este seria um exemplo da *democratização do futebol*, pelo gesto desta equipe contemplar a parte talvez mais marcante de um time de futebol italiano quase que totalmente de estrangeiros.

Também, o mesmo locutor do jogo no canal televisivo *FoxSports* utilizou como

¹³ FSP, texto 14.

¹⁴ FSP, texto 16.

¹⁵ FSP, textos 19 e 20.

¹⁶ Neste sentido funciona o próprio nome atribuído ao Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), um grupo que “congrega entidades da sociedade para enfrentar os problemas da área no país” (do sítio). Endereço web: <http://www.fndc.org.br/>.

¹⁷ FSP, texto 25.

¹⁸ FSP, texto 11.

¹⁹ FSP, texto 22.

²⁰ FSP, texto 7.

²¹ Um dos textos presentes no *corpus* é de autoria da coordenadora-geral deste mesmo Fórum (FSP, texto 25).

exemplo uma partida anterior em que estavam em campo 11 jogadores de nacionalidades distintas, o que, segundo o locutor, seria também um exemplo da *democratização do futebol* (termo em que se insistiu por duas vezes) e da *globalização do futebol* (termo emergido apenas uma vez). Trata-se, assim, de uma estrutura que apresenta já um grau de bastante estabilidade, comportando também uma dimensão polêmica nesta constelação discursiva.

3.2. O caráter discursivo da fórmula

Em seu estudo, Alice Krieg-Planque é insistente em mostrar que a caracterização de uma fórmula discursiva não é uma noção estritamente formal, mas sim que seu traço primeiro é discursivo, de modo que ela “não existe sem os usos que a tornam uma fórmula” (KRIEG-PLANQUE, 2010:81). A questão formal detém sim grande importância, pois sem o exercício das possibilidades da língua não há como se estabelecer uma dimensão discursiva; neste sentido, parece-nos um trabalho realizado com maestria no sentido de não abandonar pressupostos teóricos cuja construção foi muito cara no percurso da disciplina. Segundo a autora,

Não é, então, uma forma nova que o analista deve buscar, mas um uso particular, ou uma série de usos particulares, por meio das quais a sequência assume um movimento, *torna-se um jogo de posições, é retomada, comentada, para de funcionar no modo “normal” das sequências que nomeiam pacificamente* e que usamos sem nem mesmo nos dar conta delas. (idem, p. 82, grifos nossos)

Neste sentido, admitimos categoricamente tal propriedade descrita pela autora. Primeiramente, porque o dizer tão aparentemente transparente *democratização da mídia* coloca em xeque tal relação delicada com uma memória discursiva do brasileiro em relação ao controle dos sentidos e da censura: ao emergir uma proposta de controle, hoje, recorrentemente estão postos sentidos de antanho, desta memória discursiva.

Valendo-nos da noção pecheutiana de pré-construído (PECHEUX, 1995), observamos que tal sintagma coloca em jogo efeitos de evidência, tomando-os como uma verdade assentada, um já-dito cuja significação não é (e não pode ser) colocada em dúvida no gesto desta enunciação. Assim, se se faz necessária uma proposta de *democratização da mídia*, é porque são verdadeiros sentidos da ordem de que *todos sabem que a mídia no Brasil não é democrática e é bem sabido que é preciso democratizar a mídia no Brasil*; também, de que tal ímpeto está presente em todos países que seriam referências de democracia²².

Do mesmo modo, um fenômeno análogo se dá a partir de uma formação discursiva outra, quando, por exemplo, acusa-se o PT em sua proposta de *democratização da mídia* de

²² FSP, texto 25.

estar, na verdade, realizando propostas veladas de censura, retomando o incessante conflito entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o poderio midiático: *é bem sabido que Lula (e o PT) querem censurar a mídia*²³ e *todo mundo sabe que “democratização da mídia” é um sofisma para a censura da mídia*²⁴.

3.3. O caráter de referente social da fórmula

Este caráter das fórmulas discursivas evidencia uma relação de filiação bastante forte e notável no trabalho de Alice Krieg-Planque em relação aos estudos de Pierre Fiala e Marianne Ebel, evidenciando que a fórmula discursiva é investida de significações múltiplas, muitas vezes contraditórias²⁵ (KRIEG-PLANQUE, 2010:90):

Como referente social, a fórmula é um signo que evoca alguma coisa para todos num dado momento. Consideremos o óbvio: para que esse signo evoque alguma coisa para todos, é necessário que ele seja conhecido por todos. A “notoriedade” do signo, para falar com os profissionais de *marketing*, é, assim, uma condição necessária para a existência “formulaica” desse signo (ou “palavra”, ou “sequência”). Os critérios que permitem dizer que um signo é notório são numerosos, e nenhum deles sozinho dá uma resposta definitiva. (KRIEG-PLANQUE, 2000:92, grifos da autora)

Em relação ao dizer *democratização da mídia*, o seu caráter de referente social tem bastante ligação com o dado de que, hoje, é bem sabido que o Brasil vive sob um regime democrático. Retomando ainda a discussão da concepção pecheutiana de acontecimento, trata-se de uma verdade bem assentada em nosso cotidiano, algo bastante estável na relação deste sujeito com uma realidade simbólica que experimenta. Este é o aspecto principal da concepção de *sujeito pragmático* em Pêcheux.

Como exemplo, Pêcheux vale-se sobretudo da análise de um enunciado típico de um resultado de uma partida de futebol na França, mostrando que quando uma das equipes vence (“on a gagné”), a outra inevitavelmente saiu perdedora, de modo que não se podem fazer muitas questões a tal resultado senão a mais óbvia: *afinal, quem venceu, X ou Y?* Tal dizer, quando foi transplantado ao campo do político, gerou efeitos de evidência peculiares, que Pêcheux alguns anos depois analisou. Do mesmo modo, existe uma série destes sistemas lógico-formais na experiência do sujeito pragmático: não se pode estar solteiro e casado ao mesmo tempo, não se pode estar no lugar X e Y ao mesmo tempo, etc.

Com a emergência deste dizer – e não outro em seu lugar – para designar uma forma

²³ FSP, texto 3.

²⁴ FSP, texto 7.

²⁵ A respeito do caráter significativo contraditório de que uma fórmula discursiva pode ser investida, exploramos-lo mais detalhadamente na seção 3.4.

de controle, fica evidente o primado daqueles que o propõe em desfiliar-se absolutamente a sentidos a respeito de que se trata de uma proposta de censura: sem querer dar mais combustível à afronta a esta ânsia de logicidade que deseja o sujeito pragmático, vale-se de um dizer que coloca tal associação entre a *democratização* e a *censura* no plano do inconcebível, do irracional, do *ad absurdum*²⁶, justamente porque são, em essência, sentidos extremamente díspares.

Torna-se ainda mais crítica esta relação sobretudo se tivermos em conta que *democratização da mídia* não foi o único dizer que o PT fez emergir para tratar tal proposta de controle. Anteriormente, outros usos como o *controle social da mídia* e a *regulação da mídia* foram marcadamente abandonados, em proveito de dizeres que contemplem a nominalização *democratização*, mesmo em *regulação democrática da mídia*.

3.4. O caráter polêmico da fórmula

Outra característica da fórmula discursiva segundo a concepção de Alice Krieg-Planque é o seu caráter polêmico. Ou seja: não vai se tratar de um dizer que circula amistosamente em uma determinada conjuntura social, mas sim um dizer que será alvo de disputas, cuja interpretação será um objeto de discurso e, logo, um objeto de desejo. Neste sentido, vale lembrar, aqui, que o discurso não “simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo o que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2006:10).

Corroborando mais uma vez a noção de que as propriedades da fórmula discursiva estão imbricadas, e não que atuam de maneira separada, acreditamos que tal caráter corrobora os exemplos aqui colocados na subseção 3.2. Ainda seguindo tal maneira de pensar, com o objetivo de tornar ainda mais evidente a polemicidade que o dizer *democratização da mídia* coloca em pauta, valer-nos-emos da noção de *formação discursiva*; ainda que seja uma noção polêmica em Análise do Discurso, acreditamos que seja também fundamental para compreender o modo como este dizer é colocado à deriva de diversas filiações, comentários e reinterpretações, o que, conforme concebemos, também parece ser um interesse da autora:

[...] É preciso que os lugares de emergência da fórmula se diversifiquem. *Se a fórmula é originária de uma formação discursiva, deve sair dela.* Ela é posta no cadinho comum do universo discursivo para *entrar em conflito com o sentido que ela tem alhures ou com outros termos.* (KRIEG-PANQUE, 2010:96, grifos nossos)

Antes de tudo, evidenciamos que a noção de *formação discursiva* (doravante FD) com

²⁶ Há exemplos nesse sentido, notadamente algumas falas de Franklin Martins (FSP, texto 15), bem como em um artigo de autoria da coordenadora-geral do FNDC (FSP, texto 25).

a qual estabelecemos diálogo tem o seu germen nos trabalhos de Michel Foucault (2008) e, também, no modo como Michel Pêcheux (1995) buscou abordá-la. Mais especificamente, valemo-nos sobretudo de uma releitura de Jean-Jacques Courtine (2009), quando o autor pensa a noção de *enunciado dividido*, para evidenciar o caráter polêmico do dizer *democratização da mídia* enquanto uma fórmula discursiva. Não apenas pelos efeitos de memória possibilitados pela sua emergência e circulação, mas também pelo dado de que a sua interpretação entra em um jogo de poder e de vontades, entre os que se filiam a uma proposta de controle e os que não o fazem, o que nos permite ver uma regularidade enunciativa em torno de duas FDs.

Quando ao dizer *democratização da mídia* é imputada a interpretação a partir da **FD1**, torna-se absoluto o dado de que aquilo que se está propondo não é censura; muitas vezes, exemplos internacionais pautam tal afirmação. No saber específico a esta FD, tal associação, conforme já observamos, colocaria tal relação no âmbito do absurdo, o que se justifica mais fortemente neste dizer que em relação aos outros que já emergiram e foram silenciados, afinal, *democracia* e *censura* atuam em campos semânticos inconciliáveis:

(1) O projeto não estabelece censura, mas a democratização do acesso da sociedade aos meios de comunicação [...]. (Edmir Chedid do DEM, 08/12/2010 – *PT-SP discute criar Conselho de Comunicação*, texto 14, FSP) – filiação à **FD1**

(2) Tornou-se regra entre os grupos de centro-esquerda no poder na América Latina defender a democratização dos meios de comunicação. Os graus de empenho variam. (Hélio Schwartzman, 10/03/2013 – *Opinião: “Democratização da mídia”*, texto 23, FSP) – filiação à **FD1**

Também, é corriqueiro que se justifique o caráter não-censório de tal ímpeto a partir da rememoração de sentidos a respeito do entrave realizado entre a esquerda brasileira e o poder estatal durante a ditadura militar, uma vez que muitos que agora o propõe estiveram aí presentes:

(3) Nós não pegamos em armas [durante a ditadura militar]. Quem pegou em armas foram as Forças Armadas, usurpando as armas que a Constituição deu a elas para impor uma ditadura ao país. Nós só resistimos [...]. (ex-ministro José Dirceu, enquanto um dos homenageados no prêmio Democracia e Liberdade Sempre, antes que o veículo midiático evidenciasse a defesa do PT à democratização da mídia, 14/12/2010 – *Dirceu diz que mídia é contra regulação por ter medo de novos concorrentes*) – filiação à **FD1**

Já a partir da **FD2**, caracteriza-se tal gesto como uma proposta de censura velada. Já que hoje não se pode falar sobre censura justamente pela afronta realizada a tal logicidade do sujeito pragmático, fala-se em *democratização da mídia*. Reivindica-se, aqui, o direito de poder dizer tudo, e muitas vezes é citado o entrave entre o presidente Lula e a mídia para

justificar que se trata de uma forma de censura. Eventualmente, evoca-se a Constituição, argumentando que tal proposta se constitui como um atentado à ordem estabelecida por tal texto soberano.

(4) É o que se viu na ditadura Fujimori no Peru e que reaparece em países de nosso hemisfério, alguns deles claramente agindo contra a liberdade dos meios de comunicação e outros, como é o caso do Brasil, procurando, sorrateiramente, o mesmo resultado, mediante o sofisma da “democratização da mídia”. (Hélio Bicudo, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, 30/10/2010 – *TENDÊNCIAS/DEBATES: A criação de conselhos de comunicação estaduais é uma forma de restrição da mídia?*, texto 7, FSP) – filiação à **FD2**

(5) [...] é pouco provável que governos possam promover uma democratização mais efetiva do que a já imposta pela internet.

A estratégia dos dirigentes passa a fazer mais sentido se interpretarmos “democratizar” como um eufemismo para “controlar”. (Hélio Schwartzman, 10/03/2013 – *Opinião: “Democratização da mídia”*, texto 23, FSP) – filiação à **FD2**

Creemos, assim, que o dado de que tal dizer é atravessado por duas formações discursivas aparentemente antagônicas²⁷ confirma o seu caráter polêmico. Indubitavelmente, trata-se de um dizer cuja interpretação se mostra em aberto, o que lhe torna sujeito a tais poderes. Esses, por sua vez, buscam imputar-lhe determinadas interpretações, cujas regularidades a noção de *formação discursiva* permite apreender.

4. Considerações finais: o estatuto do dizer *democratização da mídia*

Depois de realizada a análise, consideramos que estamos sem dúvida diante de um momento ímpar a respeito da questão da circulação de sentidos sobre o controle da mídia e da censura. Tomamos o embate político-partidário como um importante lugar de circulação de sentidos a respeito desta questão, sobretudo se tivermos em conta as eleições como um momento especial para tal discussão.

Basicamente, toda esta circulação que analisamos preexistiu a importantes acontecimentos do ano de 2013, como as manifestações populares de junho e, também, importantes desenrolares a respeito do Mensalão. Torna-se importante, também, tomar esta pequena discussão como um mote para as propostas que serão estabelecidas em 2014, ano de eleição presidencial, em que a questão do controle e a regulação da mídia deve aparecer enquanto uma proposta polêmica.

²⁷O caráter antagonicamente oposto destas duas formações discursivas pode – e deve – ser rebatido, pois, conforme as concebemos, as formações discursivas são circunscrições de significação que conferem a um enunciado a sua significação, de modo que suas fronteiras são fundamentalmente fluidas e não estanques. Assim, ainda que este mesmo dizer pareça atravessado por duas formações discursivas totalmente opostas, vemos que as suas fronteiras podem mesclar-se. Neste sentido, o trabalho de Courtine (1981) é exemplar.

Não nos parece gratuito, também, que o uso do dizer *democratização da mídia* tenha adquirido um determinado estatuto²⁸, sobretudo se comparado a outras maneiras de designar tal controle que haviam emergido: é muito proveitoso o resgate de memória realizado pelo Partido dos Trabalhadores ao valer-se de tal forma sincrética para poder colocar a acusação de que se trata de uma *censura* em um plano do absurdo. Ainda assim, é importante questionar se, de fato, a circulação midiática no Brasil se estabeleceu de forma democrática. Enfim, mais mister ainda é que não estejamos totalmente sujeitos ao potencial que os poderes têm de fazer funcionar a língua.

Desta maneira, observar as propriedades da circulação de sentidos a respeito da democracia é muito importante para compreender como estão se constituindo práticas discursivas em nossa sociedade. Também, analisá-lo em suas propriedades enquanto uma *fórmula discursiva* faz funcionar propriedades distintas a um texto doutrinário mais longo, como uma proposta de governo. Assim, a sua emergência e circulação, bem como o seu estatuto, são dados que o analista sempre deve questionar, fazendo ver como se dá a produção de sentidos em torno desta problemática.

REFERÊNCIAS DO CORPUS

- 1) FOLHA DE SÃO PAULO. **16/03/2010 – Temas polêmicos não são proibidos, diz Marco Aurélio.** Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1603201007.htm>. Acesso em 15/10/2013.
- 2) FOLHA DE SÃO PAULO. **22/07/2010 – Dilma nega ter apoiado pontos polêmicos de programa.** Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2207201009.htm>. Acesso em 11/10/2013.
- 3) FOLHA DE SÃO PAULO. **29/09/2010 – ENTREVISTA: HÉLIO BICUDO.** Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2909201026.htm>. Acesso em 16/10/2013.
- 4) FOLHA DE SÃO PAULO. **03/10/2010 – Campanha não teve discussão de propostas.** Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0310201037.htm>. Acesso em 16/10/2013.
- 5) FOLHA DE SÃO PAULO. **15/10/2010 – Novo programa de governo de Dilma traz críticas a Serra.** Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1510201005.htm>. Acesso em 16/10/2013.
- 6) FOLHA DE SÃO PAULO. **27/10/2010 – Plínio afirma que a Folha não publica notícias sobre seu nome "nem a pau".** Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2709201018.htm>. Acesso em 15/10/2013.

²⁸ Além dos exemplos já citados, podemos também retomar a presença deste dizer em manifestações populares, dado que é também bastante conveniente ao Partido dos Trabalhadores no sentido de reafirmar a posição de que se trata de uma proposta de iniciativa popular, iniciativa que está marcada no texto 25 da FSP.

- 7) FOLHA DE SÃO PAULO. 30/10/2010 – **TENDÊNCIAS/DEBATES: A criação de conselhos de comunicação estaduais é uma forma de restrição da mídia?** Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz3010201007.htm>. Acesso em 14/10/2013.
- 8) FOLHA DE SÃO PAULO. 09/11/2010 – **Governo quer regulamentar setor de rádio, TV e internet.** Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0911201015.htm>. Acesso em 15/10/2013.
- 9) FOLHA DE SÃO PAULO. 10/11/2010 – **Franklin diz que não recuará sobre projeto.** Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1011201018.htm>. Acesso em 14/10/2013.
- 10) FOLHA DE SÃO PAULO. 10/11/2010 – **SIP pede "veto sumário" a conselhos estaduais para monitorar a mídia.** Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1011201021.htm>. Acesso em 16/10/2013.
- 11) FOLHA DE SÃO PAULO. 20/11/2010 – **PT critica tom "conservador incrustado" em mídia.** Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2011201006.htm>. Acesso em 15/10/2013.
- 12) FOLHA DE SÃO PAULO. 03/12/2010 – **Dilma vai fazer nova regulação da mídia, diz Lula.** Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0312201015.htm>. Acesso em 25/11/2013.
- 13) FOLHA DE SÃO PAULO. 08/12/2010 – **Oposição critica agência para regular conteúdo da mídia.** Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0609201111.htm>. Acesso em 17/10/2013.
- 14) FOLHA DE SÃO PAULO. 08/12/2010 – **PT-SP discute criar Conselho de Comunicação.** Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0812201013.htm>. Acesso em 15/10/2013.
- 15) FOLHA DE SÃO PAULO. 10/12/2010 – **Agência não é censura, afirma Franklin.** Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1012201020.htm>. Acesso em 15/10/2013.
- 16) FOLHA DE SÃO PAULO. 26/12/2010 – **Seminário discute liberdade de imprensa no país.** Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2611201017.htm>. Acesso em 15/10/2013.
- 17) FOLHA DE SÃO PAULO. 02/09/2011 – **Cúpula do PT defende controle da mídia.** Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0209201112.htm>. Acesso em 29/09/2011.
- 18) FOLHA DE SÃO PAULO. 09/09/2011 – **TENDÊNCIAS/DEBATES – O PT e o controle da informação.** Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0909201108.htm>. Acesso em 29/09/2011.
- 19) FOLHA DE SÃO PAULO. 14/04/2012 – **Governo patrocina evento que discute regulamentação da mídia.** Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/37035-governo-patrocina-evento-que-discute-regulamentacao-da-midia.shtml>. Acesso em 22/01/2014.
- 20) FOLHA DE SÃO PAULO. 14/04/2012 – **Evento com patrocínio do governo debate regulamentação da mídia.** Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/37010-evento-com-patrocínio-do-governo-debate-regulamentacao-da-midia.shtml>. Acesso em 22/01/2014.

- 21) FOLHA DE SÃO PAULO. **23/10/2012 – Dirceu afirma que decisão representa risco à democracia.** Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/73574-dirceu-afirma-que-decisao-representa-risco-a-democracia.shtm>. Acesso em 22/01/2014.
- 22) FOLHA DE SÃO PAULO. **05/03/2013 – Presidente do PT afirma que é preciso 'democratizar' mídia.** Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/96973-presidente-do-pt-afirma-que-e-preciso-democratizar-midia.shtml>. Acesso em 22/01/2014.
- 23) FOLHA DE SÃO PAULO. **10/03/2013 – Opinião – “Democratização da mídia”.** Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/97851-democratizacao-da-midia.shtml>. Acesso em 02/07/2013.
- 24) FOLHA DE SÃO PAULO. **17/04/2013 – Painel.** Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/104266-painel.shtml>. Acesso em 02/07/2013.
- 25) FOLHA DE SÃO PAULO. **12/06/2013 – TENDÊNCIAS/DEBATES: Uma lei para expressar a liberdade.** Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/113546-uma-lei-para-expressar-a-liberdade.shtml>. Acesso em 02/07/2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

O ESTADO DE SÃO PAULO. **"Clarín não deixou de cumprir a Lei de Mídia", diz funcionário do grupo (entrevista).** 2012. Disponível em <http://tv.estadao.com.br/videos,CLARIN-NAO-DEIXOU-DE-CUMPRIR-A-LEI-DE-MIDIA-DIZ-FUNCIONARIO-DO-GRUPO,191135,259,0.htm>. Acesso em 14/01/2014.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político – o discurso comunista endereçado aos cristãos.** São Carlos, SP: EDUFScar, 2009.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso.** 13a edição, São Paulo, SP: Edições Loyola, 2006.

_____. **A arqueologia do saber.** Tradução de Luis Felipe Baeta Neves. 7ª. edição, 3ª. reimpressão, Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2008.

KRIEG-PLANQUE, Alice. **A noção de “fórmula” em Análise do Discurso - quadro teórico e metodológico.** Tradução de Luciana Salazar Salgado e Sirio Possenti. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2010.

MICHAELIS. **Dicionário Online – Dicionário de Português Online.** Editora Melhoramentos, 2009. Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=democracia>. Acesso em 14/01/2014.

PÊCHEUX, M. **O Discurso – Estrutura ou acontecimento.** Tradução de Eni P. Orlandi – 5ª Edição, Campinas, SP: Pontes, 2008.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Tradução de Eni Orlandi et al. 2a Edição, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

UNIVERSO ONLINE. **Argentina critica FMI por considerar dados de inflação de consultorias.** 2011. Disponível em http://acritica.uol.com.br/noticias/Argentina-FMI-considerar-inflacao-consultorias_0_561544113.html. Acesso em 14/01/2014.